

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TECNOLOGIA: ENTRE A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

INCLUSIVE EDUCATION AND TECHNOLOGY: BETWEEN THE  
DEMOCRATIZATION OF ACCESS AND THE REPRODUCTION OF  
INEQUALITIES

Ciências Humanas • 27/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/774590974](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/774590974)

Maria José Ribeiro Diniz<sup>1</sup>

Paulo Roberto Diniz de Oliveira<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa o papel das tecnologias digitais na educação inclusiva, com ênfase na tensão entre seu potencial de democratização do acesso e sua capacidade de reproduzir desigualdades educacionais. A pesquisa tem como objetivo compreender de que forma a mediação tecnológica pode tanto ampliar oportunidades quanto reforçar exclusões, considerando o contexto brasileiro marcado por desigualdades estruturais. Metodologicamente, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e análise crítica de referenciais teóricos da educação e das ciências sociais. Os resultados indicam que, embora as tecnologias digitais ampliem o acesso à educação e favoreçam práticas pedagógicas mais flexíveis e inclusivas, sua efetividade depende de fatores como infraestrutura, letramento digital, formação docente e políticas públicas integradas. Conclui-se que a inclusão educacional mediada por tecnologias não se realiza automaticamente, sendo necessário um conjunto de condições que garantam seu uso significativo e equitativo. O estudo contribui para o debate crítico sobre tecnologia e educação, destacando a necessidade de estratégias que promovam a equidade e a justiça social no contexto educacional contemporâneo.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Tecnologias Digitais; Desigualdade Educacional; Inclusão Digital; Justiça Social.

## ABSTRACT

This article analyzes the role of digital technologies in inclusive education, emphasizing the tension between their potential to democratize access and their capacity to reproduce educational inequalities. The study aims to understand how technological mediation can both expand opportunities and reinforce exclusions, particularly in the Brazilian context marked by structural inequalities.

Methodologically, this is a qualitative study based on a bibliographic review and critical analysis of theoretical frameworks from education and social sciences. The findings indicate that, although digital technologies expand access to education and support more flexible and inclusive pedagogical practices, their effectiveness depends on factors such as infrastructure, digital literacy, teacher training, and integrated public policies. It is concluded that technology-mediated inclusion does not occur automatically, requiring conditions that ensure meaningful and equitable use. The study contributes to the critical debate on technology and education, highlighting the need for strategies that promote equity and social justice in contemporary educational contexts.

**Keywords:** Inclusive Education; Digital Technologies; Educational Inequality; Digital Inclusion; Social Justice.

## ***Introdução***

Nas últimas décadas, as tecnologias digitais têm assumido papel central nos processos educacionais, transformando significativamente as formas de ensinar e aprender em diferentes níveis de ensino. Esse movimento, que já vinha se consolidando desde o avanço da internet e das tecnologias da informação e comunicação (TIC), foi intensificado de maneira abrupta com a pandemia de COVID-19, que impôs a adoção emergencial do ensino remoto e, posteriormente, a consolidação de modelos híbridos de educação. Nesse contexto, as tecnologias deixaram de ser recursos complementares e passaram a ocupar posição estratégica na garantia da continuidade das atividades educacionais.

A adoção massiva dessas tecnologias evidenciou, de um lado, seu potencial para ampliar o acesso à educação, possibilitando a

flexibilização do tempo e do espaço de aprendizagem, o acesso a múltiplos recursos pedagógicos e a personalização do ensino. Plataformas digitais, ambientes virtuais de aprendizagem, aplicativos educacionais e recursos multimídia passaram a integrar o cotidiano escolar, ampliando as possibilidades de interação e construção do conhecimento.

Por outro lado, esse processo também revelou de forma contundente as profundas desigualdades estruturais presentes na sociedade, especialmente no que se refere ao acesso às tecnologias digitais. A ausência de infraestrutura adequada, a limitação de acesso à internet de qualidade, a falta de dispositivos tecnológicos e as desigualdades socioeconômicas impactaram diretamente a participação de estudantes no processo educativo, evidenciando que o acesso às tecnologias não é universal nem equitativo.

Nesse cenário, a educação inclusiva ganha novos contornos e complexidades. Tradicionalmente compreendida como a garantia do direito à educação para todos, respeitando as diferenças e promovendo a equidade, a educação inclusiva passa a ser profundamente influenciada pela mediação tecnológica. As tecnologias digitais, nesse contexto, podem atuar como ferramentas potentes de inclusão, ao possibilitar recursos de acessibilidade, adaptação de conteúdos e ampliação das formas de participação dos estudantes.

Entretanto, ao mesmo tempo em que oferecem oportunidades, essas tecnologias também evidenciam e, em alguns casos, ampliam barreiras estruturais. A chamada divisão digital não se restringe ao acesso físico aos dispositivos, mas envolve também desigualdades no uso, na qualidade do acesso e nas competências necessárias para

a apropriação significativa das tecnologias. Assim, estudantes em contextos vulneráveis tendem a enfrentar maiores dificuldades para usufruir dos benefícios das tecnologias educacionais, o que pode reforçar processos de exclusão já existentes.

Além disso, a mediação tecnológica exige novas competências por parte dos docentes, que muitas vezes não dispõem de formação adequada para integrar as tecnologias de maneira crítica e inclusiva em suas práticas pedagógicas. A ausência de políticas públicas consistentes, aliada à insuficiência de investimentos em formação e infraestrutura, contribui para a manutenção dessas desigualdades, limitando o potencial transformador das tecnologias na educação.

Diante desse cenário complexo, emerge a seguinte problemática: em que medida as tecnologias digitais contribuem para a democratização da educação ou, ao contrário, reforçam desigualdades já existentes? Essa questão revela uma tensão central no campo educacional contemporâneo, marcada pela coexistência de avanços tecnológicos e persistência de exclusões sociais.

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente essa dualidade, discutindo os limites e as possibilidades das tecnologias digitais no contexto da educação inclusiva. Busca-se compreender de que forma essas tecnologias podem tanto ampliar oportunidades quanto reproduzir desigualdades, a partir de uma perspectiva crítica fundamentada em referenciais teóricos da educação e das ciências sociais.

A relevância do estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre as contradições do uso das tecnologias educacionais, especialmente em contextos marcados por

desigualdades estruturais como o brasileiro. Ao problematizar essas questões, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais equitativas e para a formulação de políticas públicas que promovam uma inclusão efetiva, que vá além do acesso e considere as condições reais de participação e aprendizagem dos sujeitos.

### *Educação Inclusiva Na Era Digital*

A educação inclusiva fundamenta-se no princípio de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sociais, culturais ou econômicas. Trata-se de uma perspectiva que ultrapassa a simples inserção de sujeitos no sistema educacional, exigindo a transformação das práticas pedagógicas, das estruturas institucionais e das concepções de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a inclusão está diretamente relacionada à promoção da equidade, compreendida como a oferta de condições diferenciadas para garantir oportunidades reais de aprendizagem.

Segundo Freire (1996), a educação deve ser um instrumento de emancipação, capaz de promover a autonomia dos sujeitos e possibilitar a leitura crítica do mundo. A partir dessa perspectiva, a educação inclusiva não se limita ao acesso formal à escola, mas implica a construção de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as diferenças, rompendo com modelos homogêneos e excludentes de ensino. Como destaca Mantoan (2003), a inclusão exige a reorganização do sistema educacional, de modo a atender à diversidade dos estudantes, considerando suas singularidades como elemento central do processo educativo.

Com a incorporação das tecnologias digitais, a educação inclusiva passa a assumir novas dimensões, ampliando tanto suas possibilidades quanto seus desafios. As tecnologias da informação e comunicação (TIC) introduzem novas formas de mediação pedagógica, permitindo maior flexibilidade, interatividade e personalização do ensino. Nesse contexto, o conceito de inclusão digital torna-se fundamental, uma vez que o acesso às tecnologias passa a ser condição para participação plena na sociedade contemporânea.

A inclusão digital, no entanto, não pode ser compreendida apenas como acesso físico a dispositivos e conexão à internet. Conforme argumenta Van Dijk (2020), a desigualdade digital manifesta-se em múltiplos níveis, incluindo o acesso, as habilidades, o uso e os resultados obtidos a partir das tecnologias. Dessa forma, a inclusão digital envolve não apenas a disponibilidade de recursos tecnológicos, mas também o desenvolvimento de competências digitais que permitam aos indivíduos utilizar essas ferramentas de forma crítica e significativa.

Nesse sentido, o letramento digital emerge como elemento central na educação contemporânea. Segundo Buckingham (2010), o letramento digital refere-se à capacidade de compreender, analisar e produzir conteúdos em ambientes digitais, indo além do uso instrumental das tecnologias. No contexto da educação inclusiva, o desenvolvimento dessas competências é essencial para garantir que todos os estudantes possam participar ativamente dos processos de aprendizagem mediados por tecnologias.

Entretanto, a incorporação das tecnologias digitais na educação ocorre em um contexto social marcado por desigualdades

estruturais. Como aponta Castells (2010), a sociedade em rede não elimina desigualdades, mas pode reorganizá-las, criando novas formas de exclusão. Nesse cenário, o acesso desigual às tecnologias tende a reproduzir e, em alguns casos, intensificar as desigualdades educacionais existentes.

A chamada divisão digital, ou digital divide, evidencia essas desigualdades ao revelar disparidades no acesso e no uso das tecnologias entre diferentes grupos sociais. No Brasil, estudos como os do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) demonstram que fatores como renda, escolaridade, localização geográfica e infraestrutura influenciam diretamente o acesso às tecnologias digitais (CGI.br, 2022). Essas desigualdades impactam diretamente a educação, especialmente em contextos de ensino remoto ou híbrido, nos quais a mediação tecnológica é central.

Além das questões de acesso, é importante considerar as barreiras relacionadas à acessibilidade digital. Para estudantes com deficiência, por exemplo, a ausência de recursos adequados pode limitar significativamente a participação nos ambientes virtuais de aprendizagem. Nesse sentido, o uso de tecnologias assistivas como leitores de tela, softwares de reconhecimento de voz e ferramentas de adaptação de conteúdo torna-se fundamental para a promoção da inclusão (BERSCH, 2017).

Contudo, a simples disponibilização desses recursos não garante sua efetividade. É necessário que haja integração entre tecnologia, pedagogia e políticas públicas, de modo a assegurar que as ferramentas sejam utilizadas de forma adequada e contextualizada. Como destaca Selwyn (2016), a relação entre tecnologia e educação

deve ser analisada criticamente, considerando seus impactos sociais, políticos e culturais.

Outro aspecto relevante diz respeito à formação docente para o uso das tecnologias digitais. A mediação tecnológica exige novas competências por parte dos professores, que precisam desenvolver habilidades para integrar as tecnologias em suas práticas pedagógicas de forma crítica e inclusiva. Segundo Kenski (2012), a formação continuada é essencial para que os docentes possam acompanhar as transformações tecnológicas e utilizá-las de maneira significativa no processo de ensino e aprendizagem.

Entretanto, a formação docente no contexto digital ainda apresenta lacunas, especialmente no que se refere à educação inclusiva. Muitos professores relatam dificuldades em utilizar tecnologias para atender às necessidades de estudantes com deficiência ou em situação de vulnerabilidade, o que evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à formação específica nessa área.

Além disso, é importante considerar que a inclusão digital e educacional está diretamente relacionada às condições socioeconômicas dos estudantes. Como argumenta Sen (2000), o desenvolvimento deve ser compreendido em termos de ampliação das capacidades dos indivíduos. Nesse sentido, a inclusão não se resume ao acesso a recursos, mas envolve a criação de condições que permitam seu uso efetivo e significativo.

A partir dessa perspectiva, a educação inclusiva na era digital deve ser compreendida como um processo complexo, que envolve múltiplos fatores interdependentes, incluindo acesso, competências, práticas pedagógicas e políticas públicas. A simples incorporação de

tecnologias no ambiente educacional não garante, por si só, a inclusão, sendo necessário considerar as condições concretas em que essas tecnologias são utilizadas.

Dessa forma, torna-se evidente que a educação inclusiva mediada por tecnologias digitais está situada em um campo de tensões, no qual coexistem possibilidades de democratização e riscos de reprodução das desigualdades. Compreender essas contradições é fundamental para o desenvolvimento de práticas educacionais mais equitativas e para a construção de políticas públicas que promovam uma inclusão efetiva, que vá além do acesso e considere as múltiplas dimensões do processo educativo.

### *Tecnologias e Democratização do Ensino*

As tecnologias digitais apresentam potencial significativo para a democratização da educação, especialmente ao ampliar o acesso a conteúdos, diversificar metodologias de ensino e possibilitar novas formas de interação entre professores e estudantes. Plataformas virtuais de aprendizagem, recursos multimídia, ambientes colaborativos e ferramentas interativas permitem a flexibilização dos processos educativos, rompendo com limitações tradicionais de tempo e espaço.

Nesse sentido, a educação mediada por tecnologias favorece a personalização da aprendizagem, permitindo que os estudantes avancem em seus próprios ritmos e de acordo com suas necessidades específicas. Como destaca Moran (2015), "as tecnologias digitais ampliam as possibilidades de ensinar e aprender, tornando o processo educativo mais flexível, híbrido e centrado no aluno" (p. 27). Essa perspectiva reforça o potencial das

tecnologias para promover práticas pedagógicas mais inclusivas e adaptadas à diversidade dos sujeitos.

Além disso, as tecnologias assistivas desempenham papel fundamental na promoção da inclusão educacional, especialmente para estudantes com deficiência. Recursos como leitores de tela, softwares de ampliação, legendas automáticas, audiodescrição e ferramentas de reconhecimento de voz contribuem para a eliminação de barreiras e para a ampliação da autonomia dos estudantes. Segundo Bersch (2017), as tecnologias assistivas "constituem instrumentos essenciais para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de pessoas com deficiência" (p. 45), evidenciando seu papel estratégico no contexto da educação inclusiva.

Durante a pandemia de COVID-19, o uso das tecnologias digitais mostrou-se essencial para a continuidade das atividades educacionais em todo o mundo. A adoção do ensino remoto emergencial evidenciou a capacidade das tecnologias de garantir, ainda que de forma limitada, o direito à educação em contextos de crise. Nesse período, escolas e universidades recorreram a diferentes ferramentas digitais para manter o vínculo pedagógico com os estudantes, o que reforçou a centralidade das tecnologias no cenário educacional contemporâneo.

No entanto, essa experiência também revelou que o potencial democratizador das tecnologias está condicionado a fatores estruturais, como o acesso à internet, a disponibilidade de dispositivos adequados e as condições socioeconômicas dos estudantes. Conforme aponta o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2022), ainda persistem desigualdades significativas no

acesso às tecnologias digitais, o que impacta diretamente a participação dos estudantes nos processos de ensino e aprendizagem.

Além das questões de acesso, é necessário considerar os aspectos pedagógicos envolvidos no uso das tecnologias. A simples inserção de recursos digitais no ambiente educacional não garante, por si só, a melhoria da aprendizagem. Como argumenta Selwyn (2016), "não há evidências de que a tecnologia, por si só, produza melhores resultados educacionais" (p. 89), sendo fundamental analisar como essas tecnologias são utilizadas no contexto pedagógico.

Nesse sentido, a mediação docente assume papel central. O uso crítico e intencional das tecnologias depende da capacidade dos professores de integrá-las às suas práticas pedagógicas de forma significativa. Isso implica não apenas o domínio técnico das ferramentas, mas também a compreensão de suas potencialidades e limitações no processo educativo. Segundo Kenski (2012), a incorporação das tecnologias na educação exige mudanças nas práticas pedagógicas e na formação dos professores, de modo a promover uma aprendizagem mais ativa e colaborativa.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de promover o letramento digital dos estudantes, entendido como a capacidade de utilizar as tecnologias de forma crítica, ética e criativa. No contexto da democratização do ensino, não basta garantir o acesso às tecnologias, sendo necessário desenvolver competências que permitam aos estudantes participar plenamente da cultura digital. Como destaca Buckingham (2010), o letramento digital envolve "a compreensão crítica dos meios digitais e a capacidade de produzir e interpretar conteúdos nesse ambiente" (p. 59).

Dessa forma, a democratização do ensino mediado por tecnologias deve ser compreendida como um processo que envolve múltiplas dimensões, incluindo acesso, uso, competências e práticas pedagógicas. A ausência de políticas públicas integradas e de investimentos em infraestrutura e formação pode limitar significativamente o potencial inclusivo das tecnologias, contribuindo para a manutenção das desigualdades educacionais.

Portanto, embora as tecnologias digitais ofereçam oportunidades relevantes para a ampliação do acesso à educação, sua efetividade na promoção da inclusão depende de condições estruturais, pedagógicas e sociais. A democratização do ensino não se realiza automaticamente com a presença das tecnologias, sendo necessário um conjunto de ações articuladas que garantam seu uso significativo e equitativo

### Tecnologia e Reprodução Das Desigualdades

Apesar de seu potencial inclusivo, as tecnologias digitais também podem reforçar e até aprofundar desigualdades já existentes no campo educacional. A chamada "divisão digital" (digital divide) manifesta-se em diferentes níveis, não se restringindo ao acesso físico às tecnologias, mas envolvendo também desigualdades no uso, na qualidade desse uso e nos benefícios obtidos a partir dele.

Nesse sentido, Van Dijk (2020) propõe que a desigualdade digital deve ser compreendida de forma multidimensional, abrangendo quatro níveis principais: acesso material, habilidades digitais, uso efetivo e resultados sociais. Essa abordagem evidencia que a simples disponibilização de dispositivos ou conexão à internet não é suficiente para garantir inclusão educacional, sendo necessário

considerar as condições concretas de uso e apropriação das tecnologias.

No contexto brasileiro, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da pesquisa TIC Domicílios indicam disparidades significativas no acesso à internet e a dispositivos digitais, especialmente entre regiões, classes sociais e níveis de escolaridade. Enquanto em áreas urbanas e em famílias de maior renda o acesso é mais amplo e estável, em regiões rurais e em contextos de vulnerabilidade social ainda há limitações importantes, como conexões precárias, compartilhamento de dispositivos e ausência de infraestrutura adequada.

Essas desigualdades impactam diretamente o processo educativo, sobretudo em modelos de ensino remoto ou híbrido, nos quais o acesso às tecnologias é condição essencial para a participação. Durante a pandemia de COVID-19, por exemplo, muitos estudantes enfrentaram dificuldades para acompanhar as atividades escolares devido à falta de acesso à internet ou a equipamentos adequados, o que contribuiu para o aumento das desigualdades educacionais.

Além das barreiras de acesso, a falta de formação docente adequada constitui um fator relevante na reprodução das desigualdades. Muitos professores não receberam formação específica para o uso pedagógico das tecnologias digitais, o que limita sua capacidade de desenvolver práticas inclusivas e inovadoras. Como aponta Kenski (2012), a incorporação das tecnologias na educação exige não apenas domínio técnico, mas também uma compreensão crítica de seu papel no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, o uso inadequado ou superficial das tecnologias pode resultar em práticas pedagógicas pouco efetivas, que não consideram as necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade. Isso reforça a importância da formação continuada dos docentes, bem como da implementação de políticas públicas que promovam o uso crítico e inclusivo das tecnologias.

A análise da relação entre educação, tecnologia e desigualdade pode ser aprofundada a partir da teoria de Pierre Bourdieu, especialmente no que se refere ao conceito de reprodução social. Segundo o autor:

*"O sistema escolar contribui, de maneira decisiva, para a reprodução das estruturas sociais, ao legitimar desigualdades sob a aparência de mérito individual, favorecendo aqueles que já possuem o capital cultural valorizado pela escola" (BOURDIEU; PASSERON, 1998, p. 68).*

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que as tecnologias digitais, quando inseridas em contextos marcados por desigualdades, tendem a reproduzir essas mesmas estruturas. O acesso desigual ao chamado capital cultural digital entendido como o conjunto de habilidades, conhecimentos e práticas relacionadas ao uso das tecnologias favorece estudantes que já possuem condições socioeconômicas mais privilegiadas.

Assim, estudantes em contextos vulneráveis enfrentam maiores dificuldades para se beneficiar das tecnologias educacionais, não

apenas pela falta de acesso, mas também pela ausência de suporte familiar, de letramento digital e de condições adequadas de estudo. Como argumenta Selwyn (2016), as tecnologias educacionais não são neutras, estando profundamente inseridas em contextos sociais que influenciam sua apropriação e seus resultados.

Outro aspecto relevante diz respeito à chamada "exclusão invisível", que ocorre quando estudantes possuem acesso formal às tecnologias, mas não conseguem utilizá-las de forma significativa. Essa situação é comum em contextos em que há acesso limitado, baixa qualidade de conexão ou ausência de orientação pedagógica adequada, resultando em uma participação superficial ou fragmentada nos processos de aprendizagem.

Além disso, é importante considerar que as plataformas digitais utilizadas na educação muitas vezes não são desenvolvidas com base em princípios de acessibilidade e inclusão, o que pode dificultar a participação de estudantes com deficiência. A ausência de recursos como audiodescrição, navegação adaptada e compatibilidade com tecnologias assistivas constitui uma barreira adicional, contribuindo para a exclusão desses estudantes.

Dessa forma, a relação entre tecnologia e educação revela-se marcada por contradições, nas quais o potencial inclusivo das tecnologias convive com a reprodução de desigualdades estruturais. A democratização do acesso à educação mediada por tecnologias exige, portanto, não apenas investimentos em infraestrutura, mas também políticas públicas que promovam a equidade, a formação docente e o desenvolvimento de competências digitais.

Em síntese, as tecnologias digitais podem atuar tanto como instrumentos de inclusão quanto como mecanismos de exclusão, dependendo das condições em que são implementadas e utilizadas. Compreender essa ambivalência é fundamental para o desenvolvimento de estratégias educacionais que busquem, de fato, reduzir desigualdades e promover uma educação mais justa e inclusiva.

### *Discussão Crítica*

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia uma tensão central no campo da educação contemporânea: as tecnologias digitais configuram-se, simultaneamente, como instrumentos de inclusão e como mecanismos de reprodução de desigualdades. Essa ambivalência revela que o impacto das tecnologias na educação não pode ser compreendido de forma linear ou determinista, sendo necessário considerar os contextos sociais, econômicos e políticos nos quais essas ferramentas são inseridas.

Sob a perspectiva de Amartya Sen (2000), a inclusão deve ser compreendida a partir da abordagem das capacidades, que enfatiza não apenas o acesso a recursos, mas a real possibilidade de os indivíduos utilizarem esses recursos para alcançar funcionamentos valorizados. Nesse sentido, garantir acesso às tecnologias digitais não é suficiente para promover inclusão educacional. É necessário assegurar condições concretas para seu uso efetivo, incluindo infraestrutura adequada, formação docente, letramento digital e suporte institucional.

De acordo com Sen (2000, p. 87), "o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas

desfrutam". Essa afirmação reforça a ideia de que a inclusão digital e educacional deve ser orientada pela ampliação das capacidades dos sujeitos, e não apenas pela oferta de recursos tecnológicos. Assim, a democratização do ensino mediado por tecnologias depende da criação de condições que permitam aos estudantes não apenas acessar, mas também se apropriar criticamente desses recursos.

Nessa mesma direção, Freire (1996) reforça a importância de uma educação crítica, dialógica e contextualizada, que considere as realidades concretas dos sujeitos e promova sua autonomia. Para o autor, a educação não deve ser um processo de mera transmissão de conteúdos, mas uma prática de liberdade, na qual os indivíduos são capazes de refletir criticamente sobre o mundo e transformá-lo.

Aplicada ao contexto das tecnologias digitais, essa perspectiva implica que o uso dessas ferramentas deve estar alinhado a práticas pedagógicas que valorizem a participação ativa dos estudantes, o pensamento crítico e a construção coletiva do conhecimento. Como afirma Freire (1996, p. 47), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção". Nesse sentido, as tecnologias devem ser utilizadas como mediadoras de processos educativos emancipatórios, e não como instrumentos de reprodução de modelos tradicionais e excludentes.

Entretanto, a realidade educacional brasileira evidencia que a incorporação das tecnologias digitais ocorre de forma desigual e, muitas vezes, desarticulada de uma proposta pedagógica crítica e inclusiva. A ausência de políticas públicas estruturadas, aliada à insuficiência de investimentos em infraestrutura tecnológica e

formação docente, contribui para a manutenção das desigualdades educacionais.

Nesse contexto, as tecnologias tendem a beneficiar de forma mais significativa os estudantes que já possuem condições socioeconômicas favoráveis, ampliando o chamado "efeito de reforço" das desigualdades. Como discutido anteriormente, o acesso desigual ao capital cultural digital faz com que estudantes de contextos privilegiados tenham maior capacidade de utilizar as tecnologias de forma produtiva, enquanto aqueles em situação de vulnerabilidade enfrentam maiores dificuldades.

Além disso, é importante considerar que a implementação de tecnologias na educação frequentemente ocorre sob uma lógica instrumental e tecnicista, que desconsidera as dimensões sociais e pedagógicas do processo educativo. Como argumenta Selwyn (2016), há uma tendência de se atribuir às tecnologias um papel salvacionista, como se sua simples adoção fosse capaz de resolver problemas estruturais da educação.

Essa visão, no entanto, é limitada e pode obscurecer as reais causas das desigualdades educacionais. A tecnologia, por si só, não transforma a educação; sua efetividade depende das condições em que é utilizada e das intencionalidades que orientam seu uso. Nesse sentido, é fundamental adotar uma abordagem crítica que reconheça tanto as potencialidades quanto os limites das tecnologias digitais.

Outro elemento central nessa discussão diz respeito à necessidade de articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e inclusão digital. A ausência de estratégias integradas compromete a

efetividade das iniciativas voltadas à incorporação das tecnologias na educação, resultando em ações fragmentadas e, muitas vezes, ineficazes.

Dessa forma, a promoção de uma educação inclusiva mediada por tecnologias exige a implementação de políticas públicas que considerem a complexidade desse processo, incluindo investimentos em infraestrutura, formação docente, desenvolvimento de conteúdos acessíveis e promoção do letramento digital. Além disso, é fundamental que essas políticas sejam orientadas por princípios de equidade e justiça social, de modo a atender às necessidades dos grupos mais vulneráveis.

Em síntese, a discussão crítica evidencia que as tecnologias digitais não são intrinsecamente inclusivas ou excludentes. Seu papel na educação depende das condições sociais, políticas e pedagógicas em que são inseridas. Compreender essa ambivalência é essencial para o desenvolvimento de estratégias que potencializem os aspectos positivos das tecnologias e minimizem seus efeitos excludentes.

Portanto, a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva na era digital requer uma abordagem integrada e crítica, que vá além da simples adoção de tecnologias e busque promover a equidade, a participação e a emancipação dos sujeitos.

### *Considerações Finais*

Este estudo analisou o papel das tecnologias digitais na educação inclusiva, destacando suas contradições entre democratização do acesso e reprodução das desigualdades educacionais. Ao longo da análise, evidenciou-se que as tecnologias ocupam posição central no

cenário educacional contemporâneo, mas seu impacto não pode ser compreendido de forma isolada ou neutra, uma vez que está diretamente condicionado por fatores sociais, econômicos e políticos.

Conclui-se que as tecnologias, por si só, não garantem inclusão. Embora ampliem possibilidades de acesso, flexibilização e diversificação das práticas pedagógicas, sua efetividade depende de um conjunto de condições estruturais que envolvem políticas públicas consistentes, formação docente adequada, infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de competências digitais por parte dos estudantes.

Nesse sentido, a inclusão educacional mediada por tecnologias deve ser compreendida como um processo complexo, que vai além da simples disponibilização de recursos digitais. É necessário considerar as condições concretas de uso dessas tecnologias, bem como as desigualdades que atravessam o contexto educacional, especialmente em países marcados por fortes disparidades sociais, como o Brasil.

Diante disso, recomenda-se o desenvolvimento de políticas públicas integradas que promovam a inclusão digital de forma ampla e efetiva, contemplando não apenas o acesso a dispositivos e à internet, mas também a formação continuada de professores, a produção de conteúdos acessíveis e o incentivo ao uso crítico e reflexivo das tecnologias. Tais políticas devem estar orientadas por princípios de equidade, buscando reduzir as desigualdades e ampliar as oportunidades educacionais para todos os estudantes.

Além disso, é fundamental que as instituições de ensino assumam um papel ativo na construção de práticas pedagógicas inclusivas, que integrem as tecnologias de forma crítica e contextualizada. Isso implica repensar metodologias, currículos e formas de avaliação, de modo a atender à diversidade dos sujeitos e promover uma aprendizagem significativa.

Por fim, sugere-se a realização de pesquisas empíricas que aprofundem a compreensão sobre o impacto das tecnologias em diferentes contextos educacionais, especialmente em realidades marcadas por vulnerabilidade social. Estudos de campo, análises comparativas e investigações interdisciplinares podem contribuir para a construção de evidências mais robustas, capazes de orientar políticas e práticas educacionais.

Em síntese, a construção de uma educação inclusiva na era digital exige um esforço coletivo e articulado entre Estado, instituições educacionais e sociedade. Somente por meio de ações integradas será possível transformar o potencial das tecnologias em efetivas oportunidades de inclusão, promovendo uma educação mais justa, equitativa e socialmente comprometida.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

BUCKINGHAM, David. **Cultura digital, educação midiática e o lugar da escola**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2022**. São Paulo: CGI.br, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MORAN, José Manuel. **Educação híbrida: um conceito-chave para a educação, hoje**. In: BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando (org.). *Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 27-45.

SELWYN, Neil. **Education and technology: key issues and debates**. London: Bloomsbury, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VAN DIJK, Jan. **The digital divide**. Cambridge: Polity Press, 2020.

---

<sup>1</sup> Mestranda em ciências da educação. Instituição: Christian Business School. Endereço: 40 rue Alexandre Dumas, Paris (Arrondissement de Paris). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

<sup>2</sup> Mestrando em ciências da educação. Instituição: Faculdade de Ciencias Sociales Interamericana (FICS). Endereço: Calle de la Amistad Casi Rosario, 777, Asunción, Paraguay. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)